

# POR UMA SOCIOLOGIA DIALÓGICA<sup>1</sup>

Luiz Inácio Gaiger

*“Não é uma questão de não existir um mundo social estável a ser conhecido, mas de que o conhecimento deste mundo contribui para o seu caráter instável ou mutável.”  
(Giddens, 1991: 51).*

Toda reflexão que se queira fazer sobre a evolução e o panorama contemporâneo da Sociologia obriga a restringir o foco de atenção e impõe certo esquematismo. Dados os inumeráveis meandros desse tema, a intenção dessas páginas se resume a dar destaque a algumas facetas da história do pensamento sociológico, com o fim de justificar uma determinada concepção da prática sociológica. Entendendo essa prática sob múltiplas determinações, defenderei que, precisamente nestas, reside a fonte dos objetos e enfoques da Sociologia, bem como o motivo de sua permanente reconstrução. Com isso, espero demonstrar a importância de se utilizar, mediante uma reapropriação criativa, os diversos elementos e instrumentos teóricos e metodológicos que a Sociologia moderna, hoje em sua maturidade - ou, se quisermos, em suas metamorfoses seminais pós-modernas -, nos legou.

As idéias aqui expostas foram inicialmente alinhavadas com o objetivo de contribuir para o debate sobre a conferência do prof. Guy Bajoit, proferida durante o seminário *As Ciências Sociais entre a Modernidade e a Construção do Futuro* e, igualmente, publicada nesse volume. Guardam, por isso, uma proximidade perceptível com as idéias do conferencista. Embora as premissas das quais partimos não sejam necessariamente idênticas, ambos convergimos para proposições afins - de minha parte, oriundas em boa medida de leituras anteriores do próprio Bajoit e de anos de frutífero diálogo. O leitor identificará com naturalidade os pontos em comum, especialmente no que respeita à defesa de uma sociologia do sujeito, a ser desenvolvida sob um novo prisma teórico e metodológico, avesso às polarizações que delimitaram os enfoques pelos quais se erigiu a sociologia clássica.

## DILEMAS IMPULSIONADORES DO PENSAMENTO SOCIOLÓGICO

É fato conhecido que o pensamento social evoluiu, desde o séc. XIX, alimentado por impasses e controvérsias. A polêmica consistiu não apenas em uma marca de estilo, mas no veículo pelo qual as teses sociológicas, contrapondo-se, adquiriram simultaneamente maior robustez e maior refinamento. Com ela, o campo sociológico cultivou e a seguir suplantou inúmeras querelas, causadoras de fraturas cujas lições justificam o senso de relativismo e de sutileza que o caracterizam nos dias atuais.

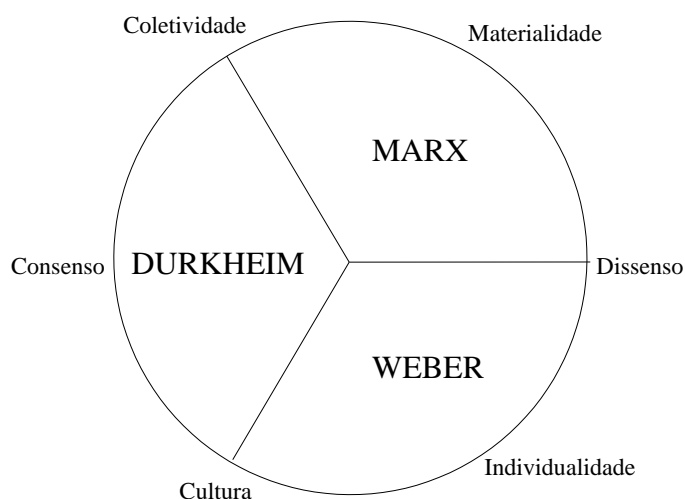
Esse estado de inquietação já se mostra presente na obra dos fundadores da Sociologia, ao abrir-lhes caminhos diferentes, em função das interpelações que os motivaram. Marx se insurge contra o subjetivismo idealista e o materialismo vulgar, não-dialético, ambos para ele formas ideológicas, incapazes de aceder às relações sociais explicativas das formas históricas da sociedade - os modos de produção. A dialética marxista, no entanto, não ficou imune a interpretações e derivações dissonantes. Na contenda, teórica e política, entre o pressuposto do fundamento necessariamente material das idéias (e o primado das contradições *sem sujeito* da infra-estrutura) e a defesa da ação coletiva conflitual como vetor da história (supondo e devendo dirigir-se à disputa pela direção hegemônica), menor espaço acabou sendo reservado para o aprofundamento do seu projeto original, de dialetização da práxis.

---

<sup>1</sup>Publicado em: *Revista Estudos Leopoldenses*, São Leopoldo, 35(155): 21-37, 1999.

No caso de Durkheim, não é um despropósito suspeitar que, por trás de sua preocupação em retirar o social da condição de simples resultado da confluência de circunstâncias subjetivas e singulares, estivesse algum traço de idealização de um solidarismo pré-moderno, “ameaçado pela individuação do mercado”. Daí a suprimir o indivíduo - *ponto de chegada* para ele - vai uma grande distância. Weber, por sua vez, ao construir sua sociologia compreensiva sob a premissa de que os sentidos subjetivos, como causas eficientes, explicam as ações humanas, pode ter incorrido numa idealização oposta, referente às potencialidades progressistas da emancipação moderna do indivíduo (Reis, 1989: 26-7).

*Materialidade e consciência, estrutura e ação, coletividade e individualidade*, são alguns dos principais eixos de tensionamento do pensamento sociológico. Como se observa na figura abaixo, essas antinomias, tal como são identificáveis nas obras fundadoras da Sociologia, não validam a prática usual de estabelecer recortes transversais dicotômicos. Elas configuram gradientes diferenciados, permitindo composições múltiplas que diluem, sem necessariamente esvaziar de sentido, alguns dos principais antagonismos que dividiram e ameaçaram de esterilidade o pensamento social. Essas divisões, enquanto foram resultado de uma lógica de reforço mútuo de posições, originaram e sustentaram, até os anos 70, as grandes correntes da Sociologia. A partir de então, os novos grandes autores, emancipando-se de suas filiações e rejeitando sistematicamente esse alinhamento, passaram-se a destacar-se pela crítica aos unilateralismos e pela proposição de conexões entre pontos de vista outrora quase incomunicáveis. É o caso de M. Foucault, A. Touraine, J. Habermas, C. Castoriadis e M. Maffesoli, entre outros.



**Figura 1**

### **Os clássicos e os fundamentos da Sociologia**

A evolução do pensamento sociológico pode ser apreciada criticamente sob outros ângulos. Num trabalho clássico, W. Mills (1975) lamenta os descaminhos que constata nas principais tendências do trabalho sociológico. A primeira, na direção de um empreendimento enciclopédico, que procurou abarcar as totalidades sociais e colocá-las numa temporalidade histórica discernível logicamente. Temos aqui a principal vertente da macro-sociologia, bem como seu laivo teleológico. O risco, bem advertido pelo autor, estaria em criar uma “camisa-de-força trans-histórica”, autorizando teses preditivas sobre o futuro. A segunda tendência, notadamente no bojo do estrutural-

funcionalismo, dedicou-se à formulação de uma teoria sistemática, visando a um constructo classificatório por meio do qual as configurações históricas seriam interpretáveis como arranjos particulares de invariantes sociais. Um caminho por demais combatido nas décadas seguintes, por seu formalismo e por seu racionalismo etnocêntrico. A terceira tendência, por fim, expressa no exclusivismo dado às pesquisas empíricas, através de estudos de casos, testes de variáveis e de sub-hipóteses, cujos resultados facilmente revelaram-se desconexos ou insignificantes, ao menos se cotejados apenas entre si ou contidos num plano de análise limitado à micro-sociologia.

O predomínio da escola funcionalista e do marxismo, este na primeira vertente antes mencionada, representou a supremacia do paradigma estruturalista, até menos de três décadas atrás. Fossem consensuais (a *consciência coletiva*, de Durkheim) ou frutos da dominação social (inerente às relações de produção), as estruturas tinham precedência lógica (moral ou ideológica) sobre a consciência e o comportamento dos indivíduos. Para que se compreenda o fato, é de se reconhecer que tal afirmação do social, nos primórdios da Sociologia, era indispensável à sua constituição como disciplina científica. Ela visava combater o *sujeito histórico*, hipostasiado pelo Iluminismo e decantado pelo pensamento filosófico e político do séc. XIX. Em particular, vinha responder a um dilema posto pelo mundo moderno: como explicar a distância, senão o contraste, observado entre as intenções dos indivíduos, no uso do seu livre-arbítrio, e os efeitos sociais por sua ação produzidos? Se o sujeito racional não se impõe, alguma força endógena à sociedade se interpõe e o transcende.

A sociologia clássica navegou por essas águas. Talvez a melhor resposta ao desafio, na virada do século, tenha sido o estudo magistral de Weber, sobre as condições particulares do advento do capitalismo no Ocidente, oriundas das afinidades entre a ética protestante e a mentalidade requerida por aquele sistema econômico. Desse estrito ponto de vista, não seria inapropriado dizer que o funcionalismo e o marxismo partiram de premissas análogas e, a rigor, se opuseram visceralmente pelos sinais trocados de suas respectivas posições quanto às estruturas sociais então vigentes. Isto, não obstante tenham ambos sustentado a positividade do movimento histórico transcendente dessas mesmas estruturas.

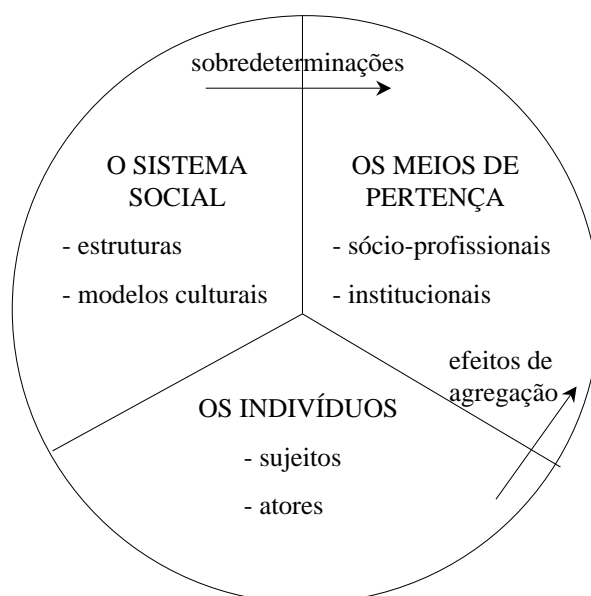
A defesa da preeminência do indivíduo, com sua consciência e capacidade de ação, não foi todavia deixada em abandono. Ela subsistiu marginalmente, sobretudo no contexto da fenomenologia pós-weberiana, ganhando a seguir progressiva repercussão com o desenvolvimento do interacionismo e da etnometodologia. Esta última, em particular, veio a dar sustentação e, sobretudo, inspiração à antropologia pós-estruturalista. Mais recentemente, o combate ao estruturalismo ganhou um aliado, com a cruzada empreendida pelo individualismo metodológico. Nas suas fileiras, surgiu por fim uma corrente outrora inimaginável: sob o nome de *marxismo analítico*, foi proposta uma releitura da dialética marxista, como fundamento teórico (e não mais metodológico) de um modelo de análise que entende todos os fenômenos sociais como um resultado das propriedades individuais nele compreendidas (Levine et al., 1989). Marxismo, interacionismo e utilitarismo passaram a conviver amistosamente, para a perplexidade de uns e o entusiasmo de outros.

## **APROXIMANDO POSSIBILIDADES EXPLICATIVAS**

Os últimos acontecimentos referidos denotam que as posições teóricas se abrandaram ao longo do tempo. Hoje, encontramos-nos diante de fronteiras móveis, que rapidamente se pulverizam. A ruptura estabelecida pelo marxismo analítico, seja qual for seu valor intrínseco, deixa patente, por outro lado, uma segunda linha divisória do campo sociológico: a forma de entender a relação entre os paradigmas teóricos e as grandes opções metodológicas. Se existe uma conexão indissolúvel entre um e outro, combinar marxismo com micro-sociologia seria uma excrescência. Historicamente, tal correspondência foi afirmada pela prática sociológica: o paradigma estrutural privilegiou análises de nível macro, enquanto as correntes situadas fora de sua área de influência deram preferência aos estudos em pequenas dimensões. Autores de uso corrente, inclusive na formação dos jovens

cientistas sociais (cf. Haguette, 1987), ratificaram comumente a necessidade desses vínculos, agindo por conseguinte no sentido de sua reprodução.

Assim, a Sociologia esteve orientada por duas abordagens teórico-metodológicas (figura 2). De um lado, a abordagem predominante, de cunho estruturalista, que parte dos fatores de natureza macro-social e deles retira as sobredeterminações explicativas da realidade observável nos níveis meso e micro. De outro lado, a abordagem que focaliza os indivíduos em suas interações, delas inferindo, como resultados de efeitos de agregação, a constituição de processos e estruturas de maior dimensão. Os conceitos mais comuns na Sociologia não escondem a sua filiação a esses campos: no primeiro caso, totalidade, ideologia, consciência coletiva, classes, visão de mundo, mito, Estado, cultura nacional, etc.; no segundo, intenções, racionalidades, legitimação, ação social, atores, local, cotidiano, etc.



**Figura 2**

### **As abordagens teórico-metodológicas da Sociologia**

Uma análise mais acurada dos fatos, no entanto, demonstra que a prática sociológica, de um modo geral, não se encerrou num único nível de análise ou, ao menos, admitiu via de regra que nenhum deles prescinde totalmente dos demais. Voltando às raízes, é notório como os estudos históricos de Marx, focalizando minuciosamente conjunturas e espaços sociais específicos, já sinalizavam um momento necessário da investigação, sem o qual as teorias gerais permanecem estéreis e apenas tautologicamente explicativas. Dando um pulo aos nossos dias, essa perspectiva é covalidada pela ampla reflexão de E. Morin sobre o pensamento moderno. Esse autor propugna a tomada em consideração do universo social em seu todo e em sua inelutável heterogeneidade, composta de relações pessoa à pessoa, de etnias e sociedades e, ao nível mais amplo, das grandes civilizações e do espaço planetário (Morin & Kern, 1955: 155).

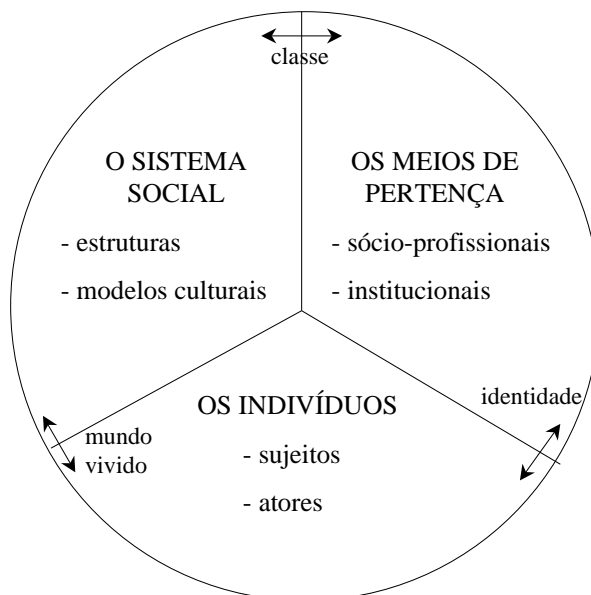
No seio do debate recente sobre o individualismo metodológico, as visões extremas não tardaram em debilitar-se, em favor de posicionamentos equidistantes, contrários à redução apriorística da realidade social aos seus níveis macro ou micro. Desse novo ponto de vista, as interações individuais são relevantes e justificam uma análise ao seu nível próprio, mas nem por isso incorporam todas as propriedades explicativas dos processos sociais, apenas apreensíveis mediante ampliação do foco de análise. Colocar-se num ou noutro nível é uma questão de objeto, não de princípio. Compartindo essa linha de entendimento, estudiosos do tema consideram que a lição

importante do individualismo sociológico, especialmente para o marxismo, tem sido apontar a necessidade de fornecer microfundamentos para a sua teoria da história, de modo a elucidar como as intenções individuais, ademais de sobredeterminadas pelas condições sociais em que se instauram, são produtoras de outras condições (Przeworski, 1988).

A vida social desenrola-se sob codeterminações múltiplas e simultâneas. A tarefa da Sociologia consiste em identificá-las e estabelecer suas relações. Na feliz expressão de W. Mills (1975), trata-se de “unir a história à biografia individual”. É verdade que as teorias se referem, nas principais escolas do pensamento social moderno, a níveis diferentes e por vezes autônomos de análise. Todavia cabe lembrar, primeiramente, que as teorias são um produto incessante da prática científica, portanto sempre inconclusas e forçosamente dotadas de um interesse variável, segundo o ângulo pelo qual se problematiza a realidade. O papel da teoria, ademais, no contexto de uma Sociologia que se retoma após a “crise dos paradigmas”, consiste em propiciar esquemas provisórios de inteligibilidade e, sobretudo, suscitar interrogações e alargar os horizontes da reflexão. No processo de investigação, importa dispor de um sistema de perguntas e respostas pertinentes, com o qual se estabelece um circuito iterativo entre o cientista e seu objeto (Thiollent, 1985: 25).

Já não se sustenta hoje a associação entre teorias explicativas e metodologias de investigação. Os acontecimentos já relatados, no campo do pensamento marxista, demonstram em que medida concepções epistemológicas e práticas de pesquisa convivem sob o manto de uma mesma tradição teórica. Reforçando a negativa e alertando para o equívoco de se estabelecer relações lógicas entre teorias e métodos, com base em seus parentescos históricos, Fandiño & Ramos (1995) entendem que tais associações bloqueiam o desenvolvimento das próprias teorias; para esse autores, a alternância de métodos e enfoques analíticos é o que permite avançar nas pesquisas.

Conceitos de referência no campo sociológico indicam que a integração entre níveis de análise e enfoques metodológicos, na prática, vem sendo buscada há tempo (figura 3). O conceito de classe social, por exemplo, não obstante suas diferentes matizes, diz respeito a um conjunto de propriedades observáveis em grupos de indivíduos, segundo seus meios sócio-profissionais de pertença ou sua posição dentro das relações de produção; ao mesmo tempo, refere-se ao lugar específico ocupado por esses grupos, no interior de uma estrutura totalizante, em cujo interior cada parte ganha sentido. Nos estudos das classes, portanto, seria por demais artificial dissociar os níveis meso e macro de análise. Exemplificando-o, os conceitos de *posição social*, *habitus* e *campo*, formulados por P. Bourdieu, seguem precisamente o intuito de evitar uma visão dicotômica do mundo social, ou então aprisionar a análise, seja na totalidade abstrata, seja na concretude singular das práticas empiricamente observáveis e nas subjetividades individuais.



**Figura 3**  
**Conceitos de passagem entre níveis de análise**

O termo *identidade* (às vezes sintomaticamente seguido do adjetivo “social”), por sua vez, comumente tem funcionado como um elo de passagem entre realidades coletivas (de grupos ou mais amplas, como no caso das identidades de classe, religiosas ou nacionais) e características individuais. Ele serviu para compatibilizar o reconhecimento das singularidades com a percepção de invariantes socialmente significativos; às vezes, como forma de evitar a dissolução do sujeito, se reduzido fosse à simples ocorrência de propriedades socialmente assignadas; às vezes, para evidenciar, no conjunto das relações que o constituem, as razões de sua debilidade e de sua força como ator social.

Passarelas igualmente foram lançadas entre a realidade singular dos indivíduos e o universo social de que recebem, retiram e reelaboram as orientações para a gestão de si. O *mundo vivido*, entre outros conceitos, expressa indelevelmente o caráter indecidável das tensões e soluções que se instauram entre a interioridade subjetiva das vivências e a partilha de um mundo que se oferece como horizonte objetivo de possibilidades de vida e de significação. O debilitamento das estruturas de filiação (a família, os círculos sócio-profissionais, os grupos de afinidade, etc.) e dos papéis sociais, ao lado da absolescência de parte das correspondentes teorias explicativas, tem por sinal colocado em linha direta os vínculos entre o indivíduo e a sociedade. A ênfase num ou noutro pólo parece, de certa forma, caracterizar o debate entre quem sustenta a atualidade do pensamento crítico legado pela sociologia clássica e quem se reivindica em posição de ruptura, em nome de uma sociologia pós-moderna.

De um modo ou de outro, não há mais lugar para afirmações definitivas ou para compreensões monolíticas da realidade. Como bem salienta A. Pessanha (1993), um modelo novo e dialógico de ciência deve aceitar a convivência de várias razões, segundo uma lógica positiva de litúgio e disputa. O arranjo da aparelhagem teórica e metodológica a ser feito depende, em cada caso, do objeto da investigação científica, de modo a melhor captá-lo em suas múltiplas dimensões e a perceber a conflitualidade inerente aos processos sociais em que se insere.

Pode-se, nesse sentido, imaginar diferentes pontos de partida e de chegada. A reconversão da economia capitalista e seu impacto no mundo do trabalho, por certo, nos coloca sob um vetor analítico que vai do macro ao meso. Já a crise da concepção moderna do trabalho, como valor fundamental estruturante do vínculo de cada indivíduo à sociedade, a par de outras estruturas

normativa seriamente abaladas, parece justificar um ângulo de análise que articula o micro e o macro. Se nos interessarmos pelas mudanças que se verificam na escola, além da análise propriamente institucional, será indispensável termos em vista sua realocação objetiva dentro do sistema social e, por outro lado, as alterações na expectativa e nas demandas com que a ela chegam pais e alunos. Demandas cuja compreensão exige um acercamento dos sujeitos que as formulam e, voltando ao macro, sua conexão com o processo de transição dos valores fundantes da estrutura cultural que conformou, até há pouco, o modelo moderno de escola.

## AS ESTRUTURAS SOCIAIS OPERANTES

Como diz ainda A. Pessanha, vivemos uma crise que confronta duas alternativas equivocadas: a verdade plena, de cujo mito não logramos nos desprender, ou o relativismo pleno, que nos retira qualquer possibilidade de diálogo e horizonte de certeza (1993: 23). Num dos lados dessa moeda, tem-se a impressão de que perdem seu lugar os discursos que buscam as raízes mais profundas, que mergulham nas dinâmicas das totalidades históricas, que relativizam as situações do presente porque as vêem com o recuo do tempo e do espaço. Tais discursos são vistos, ora como impostura da racionalidade científica totalizante, ora como inúteis, posto que não visam à eficácia imediata e tampouco traduzem-se em procedimentos técnicos, encerrados numa dimensão temporal que A. Heller denominou de “presente absoluto”.

Concorrem para isso a banalização das Ciências Sociais, como se vê nas pesquisas de opinião, e a crise de seus instrumentos de análise, se não endógena, por certo auto-alimentada. O conceito de classe social, por exemplo, ao ser refutado teoricamente na sua formulação economicista e superado pela eclosão de vínculos e conflitos sociais de natureza diversa, é emblemático dessa situação. Entretanto, como poderia a Sociologia investigar as novas formas de solidariedade e de conflito, em suas recomposições e fragmentações, despojada de conceitos articulatórios? Como, de outro modo, explicar as condições históricas da transitoriedade própria das configurações pós-modernas?

Abdicar do desafio de pensar quadros amplos de referência parece condenar a Sociologia à elaboração de meros diagnósticos, tanto mais sedutores quanto descritivos - pois colados à irrefutabilidade dos fatos - e enganosamente transferíveis de um contexto a outro. Contrapondo incisivamente a essa direção, A. Heller afirma ser impossível imaginar uma sociologia teórica que não seja, ao mesmo tempo, uma filosofia. Do mesmo modo, E. Morin toma como um dado, inerente ao estatuto científico das Ciências Humanas, o seu apoio na intersubjetividade da cultura filosófica moderna. A Filosofia necessitaria, por seu turno, ser completada pela teoria sociológica, se quiser dizer algo relevante sobre a sociedade.

Pensando em termos macro-estruturais, seria inevitável admitir que a razão instrumental, filha diletta da modernidade, expandiu-se por meio da globalização e está funcionando primorosamente, através do poder, do mercado e das novas tecnologias (Ianni, 1996). A contextualização dos acontecimentos marca o sentido da evolução cognitiva (Morin & Kern, 1995: 159). Apenas ela permite identificar os problemas de “segunda evidência” e diferenciar as indeterminações das “coerções coagentes”, intransponíveis, cuja presença obriga a descartar certas possibilidades. A propósito, vale recordar que a abordagem weberiana, com seu método compreensivo, reconheceu a presença de estruturas que não podiam ser inferidas dos sentidos dados pelos agentes às suas condutas. Em sua análise do capitalismo, Weber o apreende como um conjunto de estruturas operantes, emancipadas das vontades individuais e limitando, cada vez mais, o alcance das escolhas efetivamente abertas aos homens (Gerth & Mills, 1982: 85).

Por certo, fica superado todo maniqueísmo, consistindo em reduzir todas as lógicas (por congruência ou por contradição necessária e, portanto, não problemática) a uma racionalidade indefectível, impessoal e, ao mesmo tempo, maquiavélica. A primeira Revolução Industrial não foi uma conspiração contra as corporações de ofício, assim como a atual reconversão capitalista não

advém de um estratagema neoliberal. A gênese, os rumos e os efeitos dos processos sociais de magnitude, bem como seus desdobramentos em outros níveis, são o resultado indireto e combinado da conflitualidade estabelecida por um conjunto de agentes, não sendo necessariamente a expressão, mesmo negociada, dos interesses dominantes. O que dizer das novas causas perseguidas pelos movimentos sociais e da institucionalização de novas demandas culturais e morais? Como explicar a transição civilizatória da idéia de igualdade ao princípio da alteridade, pelo qual se reivindica o direito às diferenças que não inferiorizam? Seriam as novas pedagogias escolares, com sua ênfase e seu estímulo à capacidade pessoal (a ser *des-coberta*, etc.) de aprendizagem dos alunos, um eco da insidiosa penetração da mentalidade individualista?

## UMA NOVA SOCIOLOGIA DO SUJEITO

Para irmos além, convém variar nossa escala de percepção e nosso ângulo de análise. Dominação e resistência supõem ação e esta, a presença de atores, cuja materialização será incorretamente entendida se permanecemos tão-somente ao nível das estruturas coagentes. Nesse sentido, é benéfica a reflexão em torno de uma nova sociologia do sujeito.

Ela responde a uma necessidade, trazida, precisamente, pela crise e dissolução das estruturas de socialização e de pertença dos indivíduos. Desvinculados socialmente, sujeitos a inserções precárias e ambíguas, os indivíduos são compelidos a traçar estratégias de sobrevivência, material e psíquica, de modo próprio. Compreendem então o mundo de forma individualizante, pois assim o vivenciam; com isso, passam a reproduzir socialmente essa mesma atitude e estilo de conduta. A crise, por outro lado, deixa igualmente em evidência o fato de que os indivíduos raciocinam, tomam decisões, procuram tirar proveito das contingências ou delas subtrair-se. Diante da falência das estruturas normativas, tomá-las como ponto de partida, senão como ângulo exclusivo de abordagem desses fenômenos, naturalmente seria pouco esclarecedor.

A perspectiva do sujeito reflete, igualmente, certa perplexidade do pensamento social com o seu desaparecimento para explicar as novas realidades. Levando-a a sério, no entanto, é preciso romper com a sociologia da socialização, tipicamente estruturalista, fundamentada na premissa de que os indivíduos agem segundo as normas que interiorizam e à medida que por elas têm modelada a sua subjetividade. Implica reconhecer que a experiência subjetiva não corresponde necessariamente aos papéis assumidos socialmente, que esses sofrem as inflexões do modo como os indivíduos combinam sua atitude instrumental e sua atitude expressiva diante do social.

Para a sociologia do sujeito, a socialização é vista sob a ótica da capacidade dos indivíduos para gerirem suas relações com as estruturas normativas. A eclosão destas, nos dias atuais, apenas mostra que a sociologia clássica tomou um caso histórico, em que sua vigência parecia inabalável e necessária, como regra e modelo do vínculo social. Por isso, trata-se de uma reconstrução teórica em profundidade, em que os indivíduos não são meros pontos de confluência das circunstâncias, ainda que reativos, mas *sujeitos* de processos psico-sociológicos de auto-constituição e de estratégias relacionais. A vontade de serem sujeitos de sua existência, sua capacidade reflexiva, suas pulsões mobilizadoras, sua adesão condicional e não imediata ao social, em suma, a *gestão relacional de si* (Bajoit, 1992; Bajoit & Franssen, 1995), constituem o novo ponto de partida da análise.

Desse ponto de vista, o movimento feminista teria a ver com a recriação da identidade de gênero, com a reivindicação de um novo papel social, com a apropriação criativa de pautas culturais e morais que apenas repercutem coletivamente porque ressoam no íntimo de individualidades que já estão reconstituindo-se. Mais do que expressão de uma crise de instituições e valores, o movimento feminista seria *causa* da crise, porquanto sua emergência no cenário público denota um processo anterior de sujeitos que, minoritariamente aliás, num certo momento dele passam a ser atores.



Da mesma forma, as inovações pedagógicas antes referidas denotam a transição de um modelo coercitivo de socialização escolar, para um modelo persuasivo, baseado na reflexividade, no convencimento e na implicação pessoal. Ou seja, um movimento de confluência de vontades individuais (de pais, professores, alunos), mais amplo, disseminado e plural do que seus sinalizadores institucionais fazem crer, produz o embrião de novas orientações normativas. O que se aplicaria também, para dar mais um exemplo, a inovações estéticas recentes, aparentemente supressoras da individualidade, como é o caso dos “samplers”, criadores anônimos da música eletrônica, através da colagem imaginativa dos artefatos da indústria fonográfica.

É preciso, por outro lado, ter cautela quanto ao fato de que a valorização do indivíduo, nos anos recentes, resulta também da influência do novo ambiente social sobre os intelectuais. Isto tem levado a certa psicologização do mundo social, a um peso desmedido acordado à subjetividade, com pelo menos dois riscos: negar a existência de processos objetivos e, portanto, de todo princípio de inteligibilidade que não se infira da realidade dos indivíduos; colocar sob suspeita toda racionalidade propriamente social e ver os arranjos que propicia para a vida coletiva como necessariamente desumanizantes. Ilustra-o, por exemplo, a crítica contundente de autores pós-modernos ao que denominam metanarrativas e a idéia, improcedente à luz dos fatos, de que a modernidade nada mais teria significado do que um sufocamento do sujeito.

Vivemos numa época em que os saberes científicos e a produção intelectual em geral são logo assimilados pelas reformulações do senso comum. Os artigos da ciência não somente têm raízes na experiência e nos conceitos dos leigos, como fazem parte da cultura contemporânea, pois retornam rotineiramente ao universo das ações no qual emergiram. Entra-se num jogo de espelhos, de “dupla reflexividade”, na qual as Ciências Sociais estão mais implicadas, “na medida em que a revisão crônica das práticas sociais à luz do conhecimento sobre estas práticas é parte do próprio tecido das instituições modernas.” (Giddens, 1991: 47). Toda a apreensão unilateral, em nome da ciência, cria assim um impacto fragmentar e distorcido, ainda mais que o senso comum ignora que na ciência *nada é certo* e tampouco definitivo.

A ressalva vale para se ter em vista que a constituição do sujeito, inclusive na sua aparência hedonista contemporânea, tem raízes profundas e longínquas na modernidade. A experiência moderna não se limita à imposição da razão social e do sujeito coletivo. Ao erigir o indivíduo como sujeito, dotado de livre-arbítrio e produtor de conhecimento, já no séc. XVIII, o Iluminismo o colocou como valor cardinal da vida humana. Não há, por outro lado, razão de supor que uma cultura não possa afirmar o indivíduo e conceber um projeto coletivo que o transcende e o subordina a um todo (Lalive D’Epinay, 1989: 18-9). O peso de um e outro alternou-se ao longo do tempo, a partir de um reconhecimento primeiro do indivíduo, como parte da ambigüidade própria da modernidade e do seu movimento pendular, entre o *universal-racional-imutável* e o *particular-conflitivo-transitório* (Harvey, 1994). A modernidade pavimenta e em seguida solapa o chão do indivíduo, seguindo uma tendência, antecipada por Weber, em que a fragmentação da experiência em esferas autônomas termina por colocar sobre os ombros de cada um, a responsabilidade de dar coerência às suas escolhas e aos seus vínculos.

\*\*\*

A tomada em consideração de diferentes níveis de análise e distintos modos de abordagem é indispensável, sob pena de se criar um factóide social. Uma sociologia pós-crise supera, além disso, as distorções da dicotomia entre subjetivismo e objetivismo. Ela se interessa aos fenômenos humanos na sua concretude existencial, considerando a perspectiva dos sujeitos. Nem por isso, deixa de analisar os fenômenos sociais em sua dimensão contextual, estrutural, abstraindo os indivíduos singulares no interior da totalidade que os encerra (Gonçalves, 1995: 380).

Sustenta-se ainda a convicção de W. Mills, para quem a principal tarefa, intelectual e política, do cientista social, é “deixar claros os elementos da inquietação e da indiferença contemporâneas” (Mills, 1975: 20)? Sem perder as características do pensamento insurgente com as quais nasceu, a Sociologia é por certo chamada a ser instância crítica, a seguir refletindo sobre o ser humano, nas suas relações, sua história e seu devir. Não possui virtudes demiúrgicas, nem a condição de tutora da sociedade. Todavia, compete-lhe contribuir para que o espírito humano não se dilua no pragmatismo, provocado em certa medida pela falta de referências e de esquemas de compreensão do mundo contemporâneo. Pode, ademais, identificar, em cada espaço social, os agentes e as bases culturais que devem ser apoiados para acelerar o seu desenvolvimento.

As Ciências Humanas sempre implicaram-se nos problemas de cada época. Uma Sociologia dialógica entende que é tempo de navegar, não de lançar âncoras, de processar antigos paradigmas, refecundá-los e recriá-los. Ela favorece a coabitação de antigas e novas tendências, correntes e teorias. Sua maturação se dá por estranhamento e por afinidade. É sensível às diferentes dimensões dos seus objetos e à pertinência de diferentes abordagens. Admite a contingência e a incerteza na pesquisa científica e, como sublinha M. Grün (1992), combate os mitos de progressismo, onipotência e cumulatividade, ainda cristalizados no imaginário da humanidade moderna. O faz, no entanto, sem esquecer que “O princípio da incerteza da realidade é uma brecha tanto no realismo quanto no impossível.” (Morin & Kern, 1995: 140).

## BIBLIOGRAFIA

- BAJOIT, G. *Pour une sociologie relationnelle*. Paris: PUF, 1992.
- BAJOIT, G. & FRANSSEN, A. *Les jeunes dans la compétition culturelle*. Paris: PUF, 1995.
- FANDIÑO, J. & RAMOS, M. “Cinco teses equivocadas sobre a questão da qualidade e da quantidade na pesquisa social”. *Barbarói* (Santa Cruz do Sul), n. 2: 33-43, 1995.
- GERTH, H. & MILLS, W. *Max Weber; ensaios de Sociologia*. (5ª ed.). Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.
- GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. (2ª ed.). São Paulo: Unesp, 1991.
- GONÇALVES, M. “Questões metodológicas e as ciências naturais e humanas”. *Síntese Nova Fase* (Belo Horizonte), v. 22, n. 70: 367-82, 1995.
- GRÜN, M. *Pesquisa e contingência: o imaginário do homem moderno*. IV Salão de Iniciação Científica da UFRGS (Porto Alegre), 1992.
- HAGUETTE, M. *Metodologias qualitativas na Sociologia*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. (4ª ed.). São Paulo: Loyola, 1994.
- IANNI, O. *Teorias da globalização*. (2ª ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- LALIVE D'EPINAY, Chr. “Individualisme et solidarité aujourd'hui”. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, v. 86: 15-32, 1989.
- LEVINE, A. et al. “Marxismo e individualismo metodológico”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 4, n. 11: 57-70, 1989.
- MILLS, W. *A imaginação sociológica*. (4ª ed.). Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- MORIN, E. & KERN, A. *Terra-Pátria*. Porto Alegre: Sulina, 1995.
- PESSANHA, J. “Filosofia e modernidade: racionalidade, imaginação e ética”. *Cadernos Anped* (Porto Alegre), n. 4: 7-36, 1993.
- PRZEWORSKI, A. “Marxismo e escolha racional”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (São Paulo), v. 3, n. 6: 5-25, 1988.

REIS, E. “Reflexões sobre o homo sociologicus”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (São Paulo), v. 4, n. 11: 23-33, 1989.

### *Resumo*

A reconstrução do pensamento sociológico, dos seus primórdios à sua configuração contemporânea, evidencia um dinamismo crítico, orientado ao confronto e, por seu intermédio, à ultrapassagem constante dos limites contidos em suas proposições teóricas, metodológicas e paradigmáticas. Sua crise recente sinaliza a necessidade de nova e definitiva superação, não propriamente dos diversos conteúdos legados por suas escolas, mas do pensamento monológico, que permanece aprisionado em seu exclusivismo epistemológico e nos antagonismos dele resultantes, hoje infecundos.

Uma nova sociologia funda-se numa perspectiva relativizante e integradora, que revitaliza suas raízes, assume as contingências do tempo presente, renova suas características de pensamento insurgente e reafirma sua única certeza: a de que o mundo e a ciência estão em constante processo de mutação.

Palavras-chave: teoria – método – paradigma - estrutura social - sujeito